

## RESENHA: LETRAMENTO EM EXTENSÃO

Márcia Sipavicius Seide<sup>1</sup>

### Introdução

A Resolução CNE/CES n.º 07/18 de 2018 (BRASIL, 2018) tornou obrigatório, em todos os cursos de nível superior do país, que 10% da carga horária total das graduações sejam dedicadas a atividades de extensão. Esta obrigatoriedade requer, dos alunos universitários, que eles aprendam o que é extensão e quais são os critérios de avaliação das atividades extensionistas para que possam ser agentes protagonistas das atividades e não meros executores de atividades determinadas por outrem.

Esta resenha evidencia como o estudo do artigo contribui para a compreensão da definição de extensão que está presente da lei que determinou a Curricularização da extensão a seguir reproduzida: “Art. 3º A Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação” (BRASIL, 2018).

O estudo sobre o que é extensão é uma das ações necessárias para a promoção de eventos de letramento acadêmico específicos que pode ter início com pesquisas sobre o que é extensão e quais são os tipos de extensão. Neste contexto, o objetivo desta resenha é avaliar o artigo Dimensões Metodológica e Analíticas da Extensão Universitária (Cristofolletti e Serafim 2020) mostrando sua contribuição para atividades de ensino do fazer extensionista focadas em

---

<sup>1</sup> Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa; Docente e orientadora de Mestrado e de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Letras da Unioeste, campus de Cascavel. E-mail: [marcia.seide@unioeste.br](mailto:marcia.seide@unioeste.br)

introduzir os alunos universitários aos temas caros à extensão de modo a os empoderar tornando-os autônomos, protagonista e críticos e auxiliando-os em seus processos de construção de si como cidadãos ativos na sociedade.

Ambos os autores são membros do Grupo de Pesquisa Análise de Políticas de Inovação (GAPI/Unicamp) e são pesquisadores do Laboratório de Estudos do Setor Público da Unicamp (LESP/Unicamp). De acordo com os autores, o artigo se centra na proposta de procedimentos metodológicos e de categorias analíticas que possibilitem a pesquisa sobre a extensão e as atividades extensionistas que tem sido feitas nas universidades brasileiras. Para tanto, eles se baseiam em revisão de literatura sobre o tema, descrevem dimensões para a análise e avaliação supostamente de todos os tipos de extensão praticadas no Brasil se tem admitam a impossibilidade de haver total neutralidade ideológica. Realmente, o posicionamento político dos autores, suas preferências e idealizações sobre as ações extensionistas são perceptíveis em vários pontos do artigo desde a introdução até as considerações finais.

Primeiro os fazem um panorama histórico sobre o surgimento da extensão como função da universidade em alguns países da Europa, nos Estados Unidos, na América Latina e no Brasil, na sequência, são propostas 09 dimensões analíticas visualizadas em quatro quadros. O primeiro quadro visualiza as dimensões relativas a quem faz a extensão e a quais pessoas a ação se destina.

O segundo quadro apresenta outras duas dimensões: de um lado, o nível de institucionalização, apoio material às atividades de extensão e consideração às necessidades que as ações visam satisfazer (o que os autores chamam de ajuste da oferta à demanda) e, de outro, os objetivos e propósitos pelos quais as ações são feitas tanto por parte dos agentes da ação, quanto por parte das instituições.

O terceiro quadro também abarca duas dimensões: a do conhecimento (gerado, divulgado ou modificado pela ação) e de outro aos impactos, produtos ou benefícios conseguidos do ponto de vista dos agentes e do ponto de vista dos beneficiários.

O quarto quadro, por fim, descreve três dimensões: legitimação social das atividades dentro e fora da instituição; função social e compromisso social da universidade e “inserção contextual e histórica da experiência extensionista” (Cristofolletti e Serafim 2020, p.16)

### Desenvolvimento

Nem todas as nove dimensões propostas estão igualmente bem definidas, descritas e exemplificadas: há mais precisão e objetividade nos quadros um e três em comparação com os quadros dois e quatro. A leitura do primeiro quadro e de sua análise permitem ao leitor imaginar várias maneiras pelas quais de agentes e beneficiários se envolvem na ação extensionista conforme a área de atuação dos primeiros:

a extensão de vinculação entre universidade-empresa, obviamente, visará instituições de mercado; a extensão comunitária envolverá membros de comunidades diversificadas, geralmente ligadas às classes marginalizadas; a extensão de prestação de serviços poderá visar governos, empresas, organizações não governamentais, entre outras (Cristofolletti e Serafim 2020, p.11)

Ainda com relação a este quadro, os autores recomendam os seguintes questionamentos a respeito dos agentes:

(...) a que áreas do conhecimento pertencem? Quantos são e como se organizam? São majoritariamente docentes, estudantes ou funcionários? São membros de incubadoras de cooperativas, membros de projetos de extensão em geral ou de grupos de pesquisa? Têm experiência com extensão? (Cristofolletti e Serafim 2020, p.11)

Essas perguntas já eram importantes para as atividades extensionistas prévias à implementação da Resolução CNE/CES n.º 07/18 de 2018 (BRASIL, 2018) e são ainda mais relevantes quando se consideram as atividades extensionistas que serão fruto das atividades extensionistas curriculares tendo

em vista. Tendo em vista que não haverá escolha dos alunos que participarão das atividades uma vez que todos precisarão fazer partes das equipes indistintamente, surge o desafio de como se garantir a diversidade dos agentes de modo que os alunos iniciantes em extensão possam ser auxiliados pelos mais experientes.

O segundo quadro também conta com explicações complementares, a julgar somente pelas informações que constam no quadro e pelas informações dadas, há uma convivência de critérios distintos e até certo ponto contraditórios: requer avaliar a quantidade de recursos que a universidade que promove a ação investe, se a ação vai ao encontro de necessidades da população beneficiada e quais seriam as justificativas morais para a realização da ação, este último critério é

-Identificado pelas intenções de cunho mais genérico por parte dos atores e instituições que a praticam, tais como: contribuir ao desenvolvimento econômico e social, satisfazer necessidades pessoais de auxiliar segmentos sociais, altruísmo, dentre outros'. (Cristofolletti e Serafim 2020, p.11)

Os autores reconhecem que aquilo que é questionado nesta última dimensão na verdade são as “concepções políticas diversas, bem como diferentes pontos de vista sobre compromisso social da universidade” (Cristofolletti e Serafim 2020, p.11). Parece que os autores ou pressupõem que exista alguma relação entre a existência de recurso e a motivação pela qual há a realização da ação extensionista e/ou defendem que a ação deva ser financiada de acordo com a razão moral (ou ideológica, ou partidária) alegada para a ação. Conclui-se, então, que os critérios envolvidos nesta dimensão são subjetivos e de difícil mensuração.

O terceiro quadro sintetiza critérios relativos ao tipo de conhecimento mobilizado, como é feita esta mobilização e quais são os impactos dos produtos ou dos benefícios elaborados pela ação: para os agentes da ação, para a universidade, de um lado, e para os beneficiários da ação de outro. As explicações e descrições fornecidas para estas dimensões, diferentemente do

que ocorreu como as do segundo quadro, são mais precisas e abrangentes. Compreende-se que, na dimensão do conhecimento, ele pode ser transferido ou construído e sua natureza por ser científica, estética ou artística. Em função dessa dimensão é que se avalia a segunda dimensão visualizada no quadro sobre a qual se ressalta a necessidade de ela estar prevista no projeto que antecede a realização da ação extensionista:

Os impactos serão muito vinculados aos objetivos, aos atores e aos tipos de conhecimentos e metodologias envolvidos no processo. Os resultados da atividade também podem ser indiretos em relação aos seus objetivos, como por exemplo o melhoramento nas relações interpessoais dos indivíduos da comunidade, dentre outros. (Cristofolletti e Serafim 2020, p.14)

Com relação ao quarto quadro, ele congrega três dimensões, a saber: legitimação institucional da atividade, avaliação de “ como a universidade em que a prática de extensão estudada busca atender a demandas e a problemas sociais” (infere-se deste que a concepção extensionista subjacente é do tipo assistencialista) e “inserção contextual e histórica da experiência extensionista” (Cristofolletti e Serafim 2020, p.16)

É evidente que o quadro 4 retoma o julgamento moral das ações que caracteriza as dimensões do quadro 2 e é também defendido na introdução do artigo sobre a concepção de universidade almejada. Os dois quadros se assemelham, pois trata-se de fazer um julgamento subjetivo e ideológico da ação extensionista, como torna claro o seguinte comentário dos autores do artigo:

As motivações da dimensão número 4, por sua vez, referem-se mais ao âmbito interno e processual das atividades estudadas. Por exemplo, uma prestação de serviços à empresa pode ser justificada pelos atores que a praticam ou pela própria instituição pela necessidade da universidade contribuir ao mercado, mas também pode ser alvo de críticas e disputas dentro e fora da universidade. (Cristofolletti e Serafim 2020, p.16)

## Conclusão

Se bem nem todos as dimensões propostas sejam igualmente precisas, abrangentes e gerais o bastante para serem aplicáveis a todos os tipos de

extensão existentes, é inegável a contribuição do artigo para proporcionar oportunidades de letramento em extensão por parte dos alunos universitários que ingressam nos cursos superiores com a obrigação de participarem de atividades extensionistas.

É preciso ressaltar que o fazer docente pode equilibrar os aspectos mais viesados da proposta de Cristofolletti e Serafim (2020) trazendo reflexões sobre a natureza política das ações extensionistas e se seria possível ou desejável fazer uma extensão ideologicamente neutra.

Outra alternativa é utilizar ao artigo com ponto de partida e buscar, nas próprias referências bibliográficas consultadas pelos autores do artigo, as leituras complementares com as quais se possa fornecer outras informações necessárias para que os próprios alunos tenham uma visão crítica do artigo. Neste sentido, destaca-se, entre as publicações por eles utilizadas, a de Botomé (1996) que mantém sua pertinência e atualidade a despeito de seu livro ter sido publicado há 27 anos.

## Referências

BOTOMÉ, Sívio Paulo. *Pesquisa Alienada e Ensino Alienante: o equívoco da extensão universitária*. Petrópolis: Vozes, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. *Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018*. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira,

CRISTOFOLETTI, Evandro Coggo; SERAFIM, Milena Pavan. Dimensões Metodológicas e Analíticas da Extensão Universitária. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 45, n. 1, e90670, 2020., p.1-20